



**MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

DATA: 22.02.2011

HORÁRIO: 13:30 as 17:00

LOCAL: Sala de Reuniões da SETP (5º andar) – Curitiba/PR

| Membros: | Participantes: |
|------------------------|-------------------------------|
| SETP | COGEMAS |
| Carmen Cristina Zadra | Denise Ferraz Aguiar |
| Helena Navarro Gimenez | Jiuzete de Araújo |
| Márcia Beatriz Buhner | Joaquim Guilherme Silva Filho |
| Nicéia Brandão Lemes | Marcela Laino Verrilo |
| | Márcia Mazzarotto |
| | |

Representantes da Secretaria Técnica:

Maria Leonor Zannela

Rosely Lemos

Demais participantes:

Fernanda Bernardi Vieira Richa

Luiz Cláudio Romanelli

Ana Maria Macedo

Claudia Cherobin

Ederson Dalpiaz

Larissa Tissot

Maria Angélica

Marry Ducci

Sandra Mancino

Tânia Mara Trindade



Pauta de reunião ordinária

Data: 24.02.2010

- Abertura da reunião com a participação da Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Bernardi Vieira Richa e Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Luiz Cláudio Romanelli;
- Aprovação da pauta da reunião;
- Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB de 14 de dezembro de 2010;
- Apresentação do quadro das habilitações com condicionalidades que possuem prazo expirado;
- Processos de desabilitação;
- Retomada do processo de monitoramento da gestão da política de assistência social nos municípios do estado do Paraná;
- Retomada do calendário de Reuniões da CIB/PR para o exercício de 2011;
- Cartilha do Tribunal de Contas do Estado – TCE;
- Pacto de Aprimoramento de Gestão dos Estados: discussão de procedimentos;
- Cadastro de Entidades da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e inscrição das entidades beneficentes de assistência social nos Conselhos Municipais de Assistência Social;
- Comunidades Terapêuticas.

- **Abertura da reunião com a participação da Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Bernardi Vieira Richa e Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Luiz Claudio Romanelli:**

A reunião da Comissão Intergestores Bipartite do dia 22 de fevereiro de 2011 foi marcada pela presença da Senhora Secretária de Estado da Criança e Juventude - SECJ, Fernanda Bernardi Vieira Richa e Senhor Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP/PR, Luiz Claudio Romanelli. A Coordenadora da política de Assistência Social do Estado do Paraná, Senhora Nicéia Brandão Lemes, deu as boas vindas aos Secretários presentes, convidados, membros e secretaria técnica da CIB e demais participantes que se faziam presentes nesse momento.

Nicéia, mencionou sobre a reestruturação da SECJ para Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, a qual será responsável pela gestão da política de assistência social no estado do Paraná e terá como gestora a atual Secretária da SECJ, Fernanda Bernardi Vieira Richa. Dando prosseguimento ao seu discurso, Nicéia passou a palavra ao Luiz Claudio Romanelli.

O referido Secretário saudou a sua atual equipe de trabalho na gestão da política de assistência social. Enfatizou sobre as ações desempenhadas pela SETP/PR no que tange à política do Trabalho e Economia Solidária e colocou que a Secretária Fernanda Richa, possui uma vasta experiência profissional na gestão da política de assistência social, pois esteve à frente na Fundação de Ação Social do município de Curitiba, desempenhando um excelente trabalho na condução da política em questão.

Fernanda Richa cumprimentou os presentes e afirmou que a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social está sendo redesenhada e que logo, a política de assistência social será gerida pela Secretaria supracitada. Para essa nova gestão, existirão 22 Escritórios Regionais para desempenhar com qualidade a gestão estadual, à nível regionalizado, da política em tela. Ainda, a mesma colocou que alguns programas que são executados pela prefeitura municipal de Curitiba, serão também, executados a nível de Estado, como exemplo do Programa Família Curitiba, o qual será denominado pelo Governo do Estado do Paraná, como Família Paranaense.

A Secretária, qualificou o trabalho da sua atual equipe na gestão dessa política, a qual destacou o município de Curitiba nacionalmente pela qualidade de sua gestão. Ressaltou ainda, do apoio que recebeu da Secretária Nacional de Assistência Social, Denise Colin, para a condução da política em nosso Estado.

Por fim, Fernanda colocou que a marca do atual governo é a intersetorialidade entre as Secretarias. Portanto, nesse modelo de gestão, as políticas serão planejadas e executadas de forma articulada.

- **Aprovação da memória da reunião da CIB de 14/12/10:**

Sem modificações, a memória foi aprovada.

- Apresentação do quadro das habilitações com condicionalidades que possuem prazo expirado:

Foi realizada a apresentação do Quadro nº 5, o qual continha apenas o município de Ribeirão do Pinhal com condicionalidade. Considerando que o município cumpriu as pendências da gestão municipal da política de assistência social, pactou-se pela habilitação do município em gestão básica.

- Processos de desabilitação:

Foram apresentados os quatro quadros que continham municípios em processo de desabilitação, quais sejam: Quadro 1(2º Defesa dos municípios em processo de desabilitação desde 28/09/2010, conforme Resolução nº014/2010 da CIB/PR, tiveram os processos retomados em 14/12/2010 e prazo prorrogado até a 1º reunião da CIB de 2011, conforme Resolução nº016/2010), Quadro 2(1º Defesa dos municípios em processo de desabilitação que não encaminharam pleito de habilitação para a reunião de 14/12/10 ou tiveram parecer desfavorável pelo Escritório Regional, conforme Resolução nº016/2010 da CIB/PR, Quadro 3 (1º Defesa do município em processo de desabilitação que não cumpriu as pendências em 06 meses e teve processo de desabilitação aberto em 14/12/2010, conforme Resolução nº 016/2010 da CIB/PR) e por fim, Quadro 4 (2º Defesa dos municípios em processo de desabilitação desde 26/06/2010, conforme Resolução nº010/10 da CIB/PR, tiveram os processos retomados em 28/09/10 e prazo prorrogado até a 1º reunião da CIB de 2011, conforme Resolução nº 014/2010 da CIB/PR).

Antes de iniciar as análises dos quadros, a coordenadora da CIB/PR, Nicéia Brandão Lemes, colocou sobre sua preocupação no que se refere ao atual funcionamento dos Escritórios Regionais, os quais possuem no momento, uma equipe mínima para atendimento aos municípios. Portanto, ela sugere que seja estabelecido um prazo de 180 dias para que esses municípios reordenem as suas pendências. Ela ainda coloca que oferecendo esse prazo, haverá grande possibilidade que até esse período, a nova Secretaria já esteja formada e os Escritórios Regionais já tenham uma estrutura mais adequada para orientar esses municípios.

Iniciou-se as análises dos quadros, e pactou-se à todos os municípios que estão em processo de desabilitação o prazo de 180 dias para reordenamento das pendências e pactou-se pelo encerramento para aqueles que conseguiram realizar os reordenamentos necessários.

Ana Maria Macedo, representante da SECJ/PR, reforçou a necessidade de estabelecer o prazo de 180 dias para aqueles municípios que

também possuem acompanhamento do Ministério Público.

No caso do município de Salto do Itararé, pactou-se pela formação de uma Comissão para acompanhamento por meio de visita in loco dos membros da CIB, SETP e SECJ. Camen, representante da SETP/PR ressaltou a falta de equipe técnica do Escritório Regional de Jacarezinho para acompanhar o município em tela e colocou sobre a importância da criação da referida Comissão. Com base no exposto, Nicéia ainda sugeriu que esse acompanhamento seja realizado aos municípios no entorno de Salto do Itararé que também possuem dificuldades para o reordenamento das pendências da gestão municipal de assistência social.

Dessa forma, pactou-se o que segue:

- Encerramento do processo de desabilitação:

| Escritório Regional | Município | Nível de Gestão |
|----------------------------|-----------------------|------------------------|
| Campo Mourão | Rancho Alegre D'Oeste | Básica |
| Cianorte | Tapejara | Básica |
| Guarapuava | Quedas do Iguaçu | Básica |
| Jacarezinho | Tomazina | Básica |
| Londrina | Florestópolis | Básica |
| Pato Branco | Mariópolis | Básica |
| União da Vitória | Bituruna | Básica |

Permanência do processo de desabilitação com o prazo de 180 dias para reordenamento das pendências:

| ESCRITÓRIO REGIONAL | MUNICÍPIO |
|----------------------------|---------------------|
| Campo Mourão | Nova Cantu |
| | Farol |
| Cornélio Procópio | Congonhinhas |
| | Jataizinho |
| Curitiba | Almirante Tamandaré |
| | Paranaguá |
| | Antonina |
| | Tunas do Paraná |
| Francisco Beltrão | Pinhal de São Bento |
| Guarapuava | Guarapuava |
| Ivaiporã | Nova Tebas |
| | Bom Sucesso |
| | Cruzmaltina |
| | Rio Branco do Ivaí |
| | Faxinal |

| | |
|------------------|---------------------------|
| | Godoy Moreira |
| Irati | Teixeira Soares |
| Jacarezinho | Salto do Itararé |
| | Santana do Itararé |
| | Siqueira Campos |
| | Jaboti |
| Londrina | Alvorada do Sul |
| | Apucarana |
| | Marilândia do Sul |
| | Bela Vista do Paraíso |
| | Cafeara |
| | Mauá da Serra |
| | Marumbi |
| | Rio Bom |
| Maringá | Floresta |
| | Presidente Castelo Branco |
| Pato Branco | Pato Branco |
| Ponta Grossa | Arapoti |
| | Sengés |
| | Ventania |
| União da Vitória | União da Vitória |

Finalizando as análises dos municípios que se encontram em processo de desabilitação, Márcia Mazarotto, representante do COGEMAS, ressaltou a importância do prazo de 180 dias pactuado pela CIB aos municípios supracitados. Muitas questões, devem ser levadas em consideração para a necessidade do prorrogamento do prazo, uma delas, é processo educativo que a CIB possui com intuito de suscitar em âmbito municipal o reordenamento das questões referentes à gestão municipal da política de assistência social. Ela ainda acrescenta que, muitas mudanças ocorreram em torno das habilitações municipais com a aprovação da nova Norma Operacional do SUAS (a qual ainda não está em vigor) principalmente no que se refere ao aspecto do monitoramento e adoção de Plano de Providências para acompanhar esses municípios.

- **Retomada do processo de monitoramento da gestão da política de assistência social nos municípios do estado do Paraná;**

Carmen Zadra, representante da SETP/PR expôs aos presentes as fragilidades encontradas no decorrer do processo de monitoramento aos municípios pelo Estado, principalmente por conta da equipe técnica reduzida na Sede

e dos Escritórios Regionais da SETP. Essa questão, dificultou e sobrecarregou os técnicos da política de assistência social do estado do Paraná. Para tanto, a mesma sugeriu que esse processo deve ser revisto e pensando nos encaminhamentos que serão tomados após o seu término, bem como sobre a devolutiva aos municípios.

Ana Maria Macedo, representante da SECJ, reforçou os pontos colocados pela Carmen e acrescentou que nos próximos meses, a futura Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, e seus Escritórios Regionais, estarão estruturados para a retomada do processo de monitoramento e avaliação da política de assistência social do estado do Paraná. Por isso, a mesma coloca a importância de não haver interrupção do monitoramento.

Por fim, considerando as falas anteriores. Larissa Marsolik, representante da SECJ, sugere que a CIB pactue pela retomada desse ponto de pauta na próxima reunião da CIB, no dia 26 de abril de 2011, para que nesse momento definam os novos prazos para que os municípios cumpram as pendências dos Planos de Providência, considerando que no mês de abril, já será apresentado um outro panorama no que tange ao reordenamento das Secretarias.

Portanto, a CIB/PR pactua pela retomada do presente ponto de pauta na próxima reunião (26/04/11) para discussão dos novos prazos do monitoramento da gestão municipal da política de assistência social.

- Retomada do calendário de Reuniões da CIB/PR para o exercício de 2011;

Ana Maria Macedo, representante da SECJ, colocou sobre a importância de adequação do calendário da CIB/PR junto aos calendários das reuniões dos Conselhos (CEAS e CEDCA) e Fóruns (FONSEAS e FONACEAS), principalmente adequação junto ao calendário da CIT para que a reunião dessa instância seja sempre anterior às da CIB com intuito de que nesse espaço, possam ser discutidos as discussões pautadas na CIT.

Portanto, pactou-se pela permanência do calendário da CIB, aprovado em 2010 com reuniões bimestrais, na condição de verificação da possibilidade de coincidência dessa reunião com as demais instâncias supracitadas.

- Cartilha do Tribunal de Contas do Estado – TCE;

Márcia Mazarrotto, representante do COGEMAS, solicitou a última versão da cartilha que está sendo elaborada junto com o Tribunal de Contas do Estado - TCE, com intuito de retomar o debate.

Nicéia, esclareceu que esse documento está sendo elaborado em conjunto com o TCE, SETP/PR e Ministério Público do Estado do Paraná e que, entrará em contato junto ao responsável por esse documento no Tribunal para averiguar sobre os últimos encaminhamentos.

Sandra Mancino, representante do MP, colocou que a principal dificuldade encontrada nesse processo junto ao TCE foi no que tange ao pagamento de pessoal realizado com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social às entidades da rede privada do Sistema Único de Assistência Social, realizado por alguns municípios do estado do Paraná. Muitas entidades, estão enfrentando dificuldades no pagamento de sua equipe técnica por conta dessa proibição do Tribunal. Portanto, muitas delas, estão sendo prejudicadas no que se refere à execução dos seus serviços e atendimentos prestados.

Para tanto, pactou-se pela busca da última versão do documento em tela para encaminhamento a todos os membros da CIB/PR.

- Pacto de Aprimoramento de Gestão dos Estados: discussão de procedimentos;

Esse tema será pautado na próxima reunião da CIB/PR no dia 26 de abril de 2011, para discussão sobre as novas pactuações da CIT no que tange à temática em questão, a serem realizadas na reunião dos dias 05 e 06 de abril do corrente ano.

- Cadastro de Entidades da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e inscrição das entidades beneficentes de assistência social nos Conselhos Municipais de Assistência Social;

Marcela Verrilo, representante do COGEMAS, menciona a Nota Técnica do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR expedida em outubro de 2010, referente ao processo de reorganização das inscrições e certificações das entidades beneficentes de assistência social. Ela expressa sua preocupação nas instituições de educação infantil (creches) que perderão a inscrição dos Conselhos Municipais de Assistência Social e conseqüentemente, os descontos tarifários da Copel e Sanepar concedidas pelo cadastro de entidades da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social da SETP/PR, pois os Conselhos Municipais de Educação ainda não estão se organizando para inscrições das entidades que ofertam serviços dessa política e sabe-se que, a inscrição no CMAS é documento essencial para a obtenção do referido cadastro.

Nicéia, relatou sobre as normativas que asseguram esse processo de reordenamento, bem com sobre a reunião realizada com Copel e Sanepar para discussão dos novos fluxos de certificação e possível alteração dos fluxos do cadastro de entidades. Nessa reunião, foi realizada a proposta de que essas instituições, aceitem a certificação de entidades beneficentes de assistência social, as quais são concedidas pelo Ministério da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Contudo, pactou-se pela discussão desse tema no CEAS/PR para a elaboração de documento que oriente os Conselhos Municipais (saúde, educação e assistência social) e entidades sobre o processo de reordenamento do cadastro de entidades da SETP/PR.

- **Comunidades Terapêuticas;**

Marcela Verrilo, representante do COGEMAS, solicitou um posicionamento da CIB/PR, por meio da elaboração de um Ofício/Manifesto, para a CIT, no que se refere ao pagamento dos serviços executados pelas Comunidades Terapêuticas. Pois, considera-se que os serviços prestados pelas referidas entidades, são atribuições da política de saúde. Portanto, pactou-se pela elaboração de Ofício à CIT e após o retorno dessa instância, será elaborado um documento em parceria com o COGEMAS para orientação aos municípios.